

REFLEXÃO
ACERCA DA IMPORTÂNCIA DE DOCUMENTOS OFICIAIS
QUE REFERENCIAM O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA VISÃO VARIACIONISTA

Catarina Santos Capitulino (UEMS)
cacaulevitaibg@hotmail.com
Elza Sabino da Silva Bueno (UEMS)
elza@uems.br

RESUMO

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é refletir acerca do ensino da língua portuguesa por meio de histórias em quadrinhos com o suporte teórico-metodológico da teoria da variação linguística, William Labov (2008). Esse artigo busca investigar, em documentos oficiais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) e a lei nº 9.394 que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) princípios que norteiam as histórias em quadrinhos como gênero textual em sala de aula e as observações sobre a variação linguística existente no português. Nesse sentido, pelo ensino de língua portuguesa perpassam as variações linguísticas encontradas em todo o território brasileiro, os dialetos, as adaptações do falante ao ouvinte e o planejamento linguístico da língua à situação de comunicação. Compreende-se que o maior planejamento linguístico gera formas linguísticas de prestígio. Por conseguinte, a existência do “certo” e “errado”, tanto na fala como na escrita, acarreta o preconceito linguístico, Marcos Bagno (2007). Maria Cecília Mollica (2010), por sua vez, afirma que em toda língua existe uma variante de prestígio e outras menos prestigiadas. Assim, o objetivo dos estudos sociolinguísticos é desconstruir o conceito de “certo” e “errado” e propor o de adequado e/ou inadequado, uma vez que é objetivo da escola propiciar e ampliar a competência comunicativa, ou seja, o acesso a diferentes recursos comunicativos de forma que o falante desempenhe com segurança as situações de adequação da língua e sua adequação ao seu contexto real de uso.

Palavras-chave: Ensino de língua portuguesa. Variação linguística.
Parâmetros curriculares nacionais. Legislação.

1. Introdução

O presente estudo, realizado com apoio financeiro FUNDECT-MS, é um recorte de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é refletir acerca do ensino da língua portuguesa por meio de histórias em quadrinhos com o suporte teórico-metodológico da teoria da variação linguística desenvolvida pelo linguista William Labov (2008) para trabalhar a variação vinculada ao contexto de uso da língua pelo falante.

Objetiva-se, neste estudo, investigar em documentos oficiais, co-

mo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) e a lei nº 9.394 que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), princípios que norteiam as histórias em quadrinhos como gênero textual a ser trabalhado em sala de aula e também questões relacionadas à variação linguística existente no português brasileiro sem perder de vista o contexto de uso da língua.

Em um primeiro momento o estudo apresenta os conceitos de variação linguística de acordo com a Sociolinguística, pois se tem em vista uma imensa pluralidade cultural e étnica presente em todo o território brasileiro, o que se materializa na fala dos brasileiros das diferentes regiões do país.

Os diferentes falares são encontrados no âmbito do ensino da língua materna onde os professores enfrentam o desafio do preconceito linguístico no processo de ensino e de aprendizagem. Diante disso, para a sociolinguística não existe “certo” ou “errado”, mas adequado ou inadequado ao contexto social em que se está inserido, Maria Cecília Mollica (2010).

O preconceito linguístico ocorre por existir diversas variações linguísticas no interior de uma mesma língua, que podem ser: regionais, sociais, estilísticas e históricas. Para Yvonne Leite e Dinah Callou (2002) a educação democrática e igualitária acontecerá quando houver o reconhecimento da diversidade linguística, e se oportunizar a todos os falantes as mesmas oportunidades e as normas de prestígio vigentes na sociedade.

Em um segundo momento apresenta-se um breve histórico da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) e das ocorrências acerca da variação linguística e do gênero textual história em quadrinho. Com vistas a observar como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* referencia as variações linguísticas tendo em vista a importância do reconhecimento do pluralismo linguístico no país para o ensino de língua portuguesa.

Em seguida, mostram-se como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) referenciam a variação linguística e o gênero textual história em quadrinho para a educação básica em sala de aula.

Tem-se em vista que os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1997) oferecem um modelo a ser seguido para que as escolas brasileiras cumpram com os princípios do projeto inserido e elaborado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996).

2. *Variações linguísticas e o ensino de língua materna*

O Brasil é uma nação com um vasto pluralismo cultural e étnico. A relação entre culturas gera as diferenças responsáveis pelos diferentes falares existentes nas diferentes regiões do país.

Isso implica em variantes de prestígio e não padrão do português brasileiro, uma vez que de acordo com Yvonne Leite e Dinah Callou (2002, p. 24) “o domínio de um português-padrão é privilégio reservado a poucos membros de uma elite econômico-social que assegura o seu poder e sua primazia político-cultural”.

Diante do exposto, é importante apresentar aos alunos as diferentes formas de adequação da língua em seus diferentes contextos de uso, para que ele possa optar por uma ou outra conforme as circunstâncias de comunicação, Mirian Lemle (1978).

Para o ensino de língua portuguesa o professor enfrenta desafios do mito da superioridade de uma variante em detrimento das demais, porém, não podemos jamais esquecer que toda variante é um instrumento identitário e expressa cultura e os costumes do povo que a utiliza como meio de interação e comunicação linguística, Elza Sabino da Silva Bueno e Rosângela Villa da Silva (2012).

Segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 33) “os falantes que são detentores de maior poder aquisitivo – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variante linguística que falam”. Nesse sentido, a língua é recurso de poder político e econômico.

O preconceito linguístico opera a partir de fatores históricos, políticos e econômicos que concedem prestígio a determinadas variedades da língua. No Brasil, as regiões litorâneas adquiriram maior prestígio ao longo dos séculos XVI e XVIII.

O preconceito linguístico é reafirmado pelas redes sociais que objetivam ensinar o “certo” e o “errado” em termos de linguagem. Segundo Marcos Bagno (1998, p. 15) é prejudicial partir do entendimento de que a língua brasileira é homogênea, pois o português apresenta um “alto grau de diversidade e de variabilidade” com vistas a facilitar a comunicação entre os falantes de uma determinada comunidade de fala, uma vez que cada comunidade apresenta seus próprios costumes, suas crenças e *modus vivendi*.

Essa bagagem cultural se reflete na língua. Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) e Yvonne Leite e Dinah Callou (2002) concordam que não existe “certo” ou “errado” na língua, mas adequações a cada domínio social, a cada situação real de comunicação.

No presente trabalho, o conceito de domínio social “é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais”, (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23). Os papéis sociais se caracterizam por uma série de obrigações e de direitos que são construídos dentro de determinados padrões socioculturais ao longo do tempo.

Os erros de português são apenas diferenças entre as variantes da língua. Essas diferenças acontecem porque existe a variedade usada no lar, onde predomina uma cultura de oralidade e informalidade. Por outro lado, no âmbito escolar é cultivada a cultura de letramento, sobre a qual o aluno enfrenta dificuldades ao chegar neste ambiente escolar (BORTONI-RICARDO 2004) e se deparar com uma língua diferente daquela que ela usa para se expressar em seus domínios sociais, fato que lhe causa estranheza.

O objetivo da escola, portanto é propiciar a ampliação da competência comunicativa com acesso a recursos comunicativos de forma que o falante desempenhe adequadamente e com segurança as situações de adequação da língua ao seu contexto de uso.

Carlos Alberto Faraco (2005) constata que é possível identificar a origem do falante por meio da expressão da língua falada. De maneira que os termos lexicais particulares de uma determinada região, características entoacionais ou fonológicas, apontam para o fato de que falantes de diferentes regiões apresentam variáveis diferentes de um mesmo idioma.

A variação regional pode ser verificada em diferentes unidades espaciais em que se afirma que existe a variação regional entre o Brasil e Portugal (dois países), entre regiões diferentes no mesmo país como o Sul e o Nordeste, entre estados da mesma região como Bahia e Recife, entre cidades de um mesmo estado (Chapecó e Florianópolis) e até entre bairros da mesma cidade, Izete Lehmkuhl Coelho et al. (2015). Além disso, de acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), existe a variação entre a zona urbana e/ou rural ou o interior de um estado.

Outra variação encontrada na comunidade de fala são as características sociais dos falantes, entre os principais fatores que condicionam a

variação linguística podemos citar o nível de escolaridade, o nível socioeconômico, o gênero, a faixa etária e a profissão do falante, que implica inferir que o comportamento linguístico espelha o papel social exercido pelo sujeito na sociedade em que vive.

De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), com relação aos falantes expostos à cultura letrada, uma vez que esta é ensinada nas escolas a partir da norma padrão da língua, pressupõe-se um falante escolarizado que tende a produzir a marcação formal de pluralidade “*as meninas bonitas*”, cujo plural é marcado em todos os elementos constituintes do sintagma nominal, Fernando Tarallo (2007).

Ao passo que os falantes menos escolarizados tendem a reproduzir formas como “*as menina bonita*” ou “*as meninas bonita*”, ou seja, marcar o plural em apenas alguns dos elementos do sintagma nominal.

Outro fator pertinente para a variação linguística é considerar o nível socioeconômico do falante. William Labov (2008) em seus estudos sobre o inglês de Nova Iorque mostra que as comunidades de fala menos favorecidas optam pelo uso não padrão da língua, enquanto os grupos sociais mais privilegiados tendem a usar a norma padrão da língua.

Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) aponta que “as diferenças de *status* socioeconômicos representam desigualdades na distribuição de bens materiais e culturais, o que reflete em diferenças sociolinguísticas”. Isso implica em compreender que muitos indivíduos são obrigados a escolher entre o trabalho intelectual e o manual, conseqüentemente não conseguindo exercer duas atividades complexas simultaneamente, o que, na maioria das vezes, leva o indivíduo a abandonar os estudos e trabalhar para ajudar no sustento da casa.

A variável gênero do falante é outro fator a ser considerado, pois homens e mulheres falam de maneiras diferentes. De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) as mulheres tendem a usar mais diminutivos nas falas, além de marcadores conversacionais como: “*né?*”, “*tá?*”, “*tá bom*” para obter concordância e aprovação do interlocutor. Por outro lado, os homens utilizam mais palavrões e gírias. Porém, é importante destacar que essas variações de gêneros estão associadas aos papéis sociais, culturais e a fatores como idade e *status* socioeconômicos de cada falante.

Outro elemento importante para a análise variacionista é a idade do falante que pode interferir na escolha linguística do falante. Stella Ma-

ris Bortoni-Ricardo (2004) aponta que no interior de uma família existem avós que falam diferentes dos filhos e netos.

Uma criança na fase de alfabetização ainda não tem o domínio de articular os fonemas como um adulto e um jovem, além de conhecer um vocabulário restrito. Enquanto um jovem utiliza mais gírias em sua fala. Todavia, é relevante entender que ao longo da faixa etária, o falante exerce um papel social que influencia o seu comportamento linguístico.

Todos esses fatores representam os atributos de um falante: sua idade, sexo, seu *status* socioeconômicos, nível de escolarização etc. podemos dizer que esses atributos são estruturais, isto é, fazem parte da própria individualidade do falante (BORTONI-RICARDO, p. 49, 2004), portanto, a variação linguística depende da relação de fatores estruturais com os fatores funcionais da língua.

A variação estilística é caracterizada pelos diferentes papéis sociais que os falantes desempenham nas interações que são estabelecidas nos domínios sociais: em casa, no trabalho, na igreja, com os amigos, com os familiares etc.

De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 23) os papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana”.

Esses papéis sociais representam os diferentes tipos de relações entre o locutor e seu interlocutor, o contexto ou domínio social e também o assunto da conversação e o momento da comunicação linguística. Dessa maneira, a adequação ao contexto social em que ocorre a interação social é de suma importância para a compreensão da mensagem a ser transmitida.

Em contextos mais formais optamos pela fala mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção na fala, enquanto que em situações informais, optamos pelas falas mais coloquiais.

Outra variação que podemos citar faz referência à mudança histórica da língua. Carlos Alberto Faraco (2005) afirma que a língua se modifica não apenas no espaço social, pessoal ou interpessoal, mas ela se modifica no tempo e no espaço para atender às necessidades reais do falante. Isso é perceptível quando uma determinada variante em certo momento histórico é abandonada no transcorrer do tempo, e sua marca fica nos registros escritos.

A língua se modifica no decorrer do tempo. Muitas palavras sofrem mudança no som, na forma e até mesmo na sua significação. De acordo com Tâmara Lyz Milhomem de Oliveira (2016), o léxico e as maneiras de dizer se modificam com o passar do tempo. Um exemplo disso é o pronome de tratamento (você) que deriva da forma de tratamento antiga “Vossa Mercê” que, segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 55) obedeceu ao seguinte percurso histórico: *vossa mercê* > *vosmecê* > *você*, a autora supracitada salienta que as suas variantes “ocê” e “cê” são usadas em estilo de fala não monitorada pelos falantes, nas diferentes regiões do país.

Diante do exposto, entendemos que a linguagem humana é constituída por uma base sociocultural, pois cada comunidade de fala apresenta uma maneira característica de se expressar, considerando o momento e o contexto de uso da fala e que as línguas mudam mediante as necessidades culturais em diferentes momentos históricos.

Yvonne Leite e Dinah Callou (2002) afirmam que a educação democrática e igualitária só ocorrerá quando existir o reconhecimento da diversidade linguística da língua portuguesa falada no Brasil, no sentido de oportunizar acesso aos falantes e às normas de prestígio, ou seja, e as mesmas oportunidades a todos falantes independente de sua classe social.

Podemos inferir que a língua falada é uma forte característica da identificação social do falante e da relação que ele mantém com sua comunidade de fala, com outras comunidades e com a sociedade em geral.

Os falantes adquirem recursos comunicativos à medida que aumentam suas práticas linguísticas no meio social e conhecem os diferentes papéis sociais, a serem exercidos no dia a dia do sujeito.

Faz-se necessário que “[...] o professor não seja um agente de exclusão no processo de ensino e aprendizagem, usando preconceito e discriminação no tratamento das variedades linguísticas” (BUENO & ARAÚJO, 2014, p. 05)

O falante não somente utiliza as regras para desenvolver uma sentença bem formulada, mas também utiliza as de adequação estabelecidas em seu meio cultural. Portanto, em cada situação, seja mais formal, onde o falante monitora seu estilo, ou em situações mais informais, onde o uso de estilos coloquiais é mais presente. Desse modo, leva-se em consideração o papel social e o contexto em que o falante está inserido no momento da enunciação linguística.

De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 74) “as pessoas vão adquirindo recursos comunicativos à medida que vão ampliando suas experiências na comunidade onde vivem e passam a assumir diferentes papéis sociais”.

A criança ao chegar à escola aos 6 ou 7 anos de idade já sabe falar a língua materna que adquire em seu contexto cultural de forma espontânea por um processo de desenvolvimento cerebral e aprende a língua escrita no sentido psicogenético da alfabetização, ou seja, é na apropriação de regras linguístico-estilísticas que exerce a função de orientar as variedades na escrita.

Dessa maneira, de acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 74), “é papel da escola facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos comunicativos [...]” de maneira que exerçam o uso da língua com segurança nos diferentes contextos sociais.

3. *Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a variação linguística*

Para adentrar acerca das variações linguísticas presentes no Brasil, faz-se necessário discorrer sobre o ensino de língua portuguesa referenciada pela *Lei de Diretrizes e Bases* (1996) o que engloba questões históricas e culturais.

Porém, o objetivo não é investigar os estudos sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil, mas refletir sobre como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) referencia as variações linguísticas, tendo em vista a importância do reconhecimento do pluralismo linguístico nas diferentes regiões do país.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* foi estabelecida pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e sinaliza um período de mudança relevante para a educação básica no Brasil. O objetivo da *Lei de Diretrizes e Bases* é regulamentar e programar a exposição de conteúdos e objetivos do sistema escolar brasileiro.

Isabela Bastos de Carvalho e Alexandre de Carvalho Castro (2017) apontam que a primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* foi outorgado em 1961 (Lei nº 4.024), porém interrompida durante o Golpe Militar de 1964. Logo em seguida, em 1968 com a Lei nº 5.540 e em 1971 com a Lei nº 5.692 foi estabelecido um novo plano edu-

cacional que se voltava para o mercado de trabalho:

O currículo não deveria ser visto simplesmente como um conjunto de saberes necessários ao mercado de trabalho, concepção que somente sustenta em virtude de um determinado projeto político, de uma cidadania desejada. Mas o fato é construído a partir de relações – desiguais – e envolve relações de poder (CARVALHO & CASTRO, 2017, p. 136)

As relações de poder interferem no currículo para a educação brasileira de forma que o ensino de língua portuguesa se torne hegemônico e fixo sem abertura para mudanças.

De acordo com Carvalho (1998, p. 81), o Chefe do Poder Executivo ratificou a Lei 9.394/96, intitulando-a Lei Darcy Ribeiro. Esse momento histórico marcou extensos debates políticos, educacionais e empresariais.

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 vigente hoje, estabelece o direito ao ensino médio visando à cidadania e à diversidade. Também, descreve propostas para a educação básica, ensino superior e a educação profissional.

No que se refere à valorização da diversidade, no artigo 26 do capítulo II, Seção I, inciso 1º, o ensino de língua portuguesa e da matemática devem contemplar “[...] o conhecimento do mundo, físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”. (BRASIL, 1996, p. 23)

Diante do exposto, o ensino de língua portuguesa permeia discussões sociais e políticas do Brasil. Tais reflexões envolvem a compreensão acerca do pluralismo presente no país contemplando sua história de colonização e influência de outras línguas e outros povos como os italianos, japoneses, alemães. Além disso, faz-se necessário entender a maneira como as diferentes etnias impactaram além das questões sociais e políticas, a diversidade linguística existente na língua portuguesa falada no Brasil.

Também no artigo 36 do capítulo II, seção IV, há a presença das diretrizes previstas para o currículo do ensino médio que compreende a importância da reflexão acerca do processo histórico da sociedade e da cultura, tendo a língua como instrumento de comunicação e de cidadania. Portanto, reúne:

[...] a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da ci-

dadania. (BRASIL, 1996, p. 29)

No mesmo artigo, no inciso 1º, refere-se à linguagem para o ensino médio, afirmando que:

os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimentos das formas contemporâneas de linguagem [...]. (BRASIL, 1996, p. 30)

Entende-se que as formas contemporâneas de linguagem envolvem no entendimento da existência da linguagem multimodal que permite integrar interdisciplinarmente as diferentes linguagens presentes nas diversas situações sociais de uso da língua seja oral ou escrito.

Para Roxane Helena Rodrigues Rojo e Luiz Paulo da Moita Lopes (2004, p. 36) a linguagem é entendida como “um modo de ação social por meio da qual as pessoas estão agindo no mundo”. Ou seja, quando estamos em diferentes contextos sociais escrevendo ou falando, estamos envolvidos em um determinado ato social por meio da linguagem.

Da mesma maneira, Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004, p. 78) concorda que em cada contexto social a produção linguística varia e é importante que o falante possua autonomia para “usar, com segurança os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage”.

Atualmente, estamos inseridos em um contexto cercado pelo mundo tecnológico. Por isso, é importante entender que a linguagem nesse contexto cibernético se diferencia por integrar diferentes formas da linguagem. Mas também, contempla o contexto formal e informal da linguagem, bem como as variações linguísticas.

De acordo com Tâmara Lyz Milhomem de Oliveira e Reinildes Dias (2016, p. 82), “a recente diversidade de recursos semióticos para compor textos impressos ou digitais é denominada multimodalidade e se insere na interação pela linguagem oral ou escrita”. Essa nova linguagem exige uma nova maneira de leitura para que exista a compreensão do texto.

Nos textos multimodais, nos textos digitais, encontram-se os chamados *hiperlinks*, imagens, vídeos, áudios, animações, cores e ícones que são formados de maneira não linear, que, de certa forma, também facilitam a comunicação.

Mesmo na interação da fala, podemos representar um texto de várias formas, dentre elas estão os gestos, expressões faciais, imagens, sons e o texto verbal. Portanto, a comunicação transcende a materialidade das palavras e permite seu significado com o auxílio de outros recursos da linguagem.

As formas contemporâneas de linguagem também incluem os quadrinhos para que o aluno possa acessar diferentes formas de linguagem, tendo em vista que os quadrinhos são textos divididos por quadrinhos com sequência em que é possível trabalhar tanto a linguagem verbal como a não verbal.

Diante do exposto, o domínio das formas contemporâneas de linguagem citado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996) envolve um conjunto de conhecimento da linguagem de forma que o aluno entenda o uso social da língua e saiba utilizá-la nos diferentes contextos sociais, o que inclui também as variações linguísticas que representa a diversidade linguística existente no português brasileiro.

4. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a variação linguística

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCN, 1997) objetivam oferecer um modelo a ser seguido para que as escolas brasileiras cumpram com os princípios do projeto inserido e elaborado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 1997). Nesse sentido, o currículo da educação brasileira é formulado juntamente com a proposta de avaliação.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN, 1997) foram pensados nos anos 90 no Brasil marcado pelas mudanças no âmbito educacional e político caracterizado pelo período da redemocratização brasileira, após percorrer o período ditatorial e a reestruturação dos movimentos sociais.

A partir desse momento, as escolas são as responsáveis pela criação de suas propostas políticas pedagógicas (PPP) baseadas nos projetos do currículo e na avaliação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) e da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996).

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), o ensino de língua portuguesa deve estar baseado no ensino plural, nas di-

versidades linguísticas e no cidadão brasileiro. Vejamos o que dizem os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) a esse respeito:

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas vertentes dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menos prestígio como inferiores ou erradas. (PCN, 1997, p. 26)

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) observam sobre a questão do preconceito linguístico, reconhecem as diferenças linguísticas e que não há na fala e na escrita “certo” ou “errado” em relação às variedades linguísticas existentes nas diferentes regiões do país.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) salientam a inserção dos apontamentos sobre as questões de preconceito linguístico além de considerarem a existência da adequação no contexto de comunicação para o ensino de língua portuguesa no Brasil.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. [...] A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de utilizar, considerando as características do contexto de comunicação (*idem*).

Diante disso, a língua de acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) é pensada a partir do âmbito científico e o ensino da língua materna alicerçado em metodologias de ensino voltadas para a formação contínua do cidadão brasileiro, tendo em vista a dinamicidade da língua, bem como seu funcionamento e seu valor social.

No presente trabalho, entendemos a competência comunicativa de acordo com Dell Hymes citada por Stella Maris Ricardo-Bortoni (2004, p. 73):

a competência comunicativa de um falante lhe permite saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias. A principal de Dell Hymes foi, portanto, ter incluído a noção de adequação no âmbito da competência. Quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura.

Portanto, em uma perspectiva sociolinguística, o ensino da língua materna apresentaria, de maneira clara e objetiva, os diversos contextos de adequação da fala e da escrita no cotidiano agregado a concepção do desenvolvimento de um cidadão letrado que faz uso social da leitura e escrita.

Para que o aluno desenvolva a competência comunicativa é necessário que adquira os recursos comunicativos, ou seja, “recursos gramaticais, de vocabulário, de estratégias retórico-discursivas etc” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 74), com vistas a realizar uma comunicação que o represente enquanto ser falante de um determinado código linguístico e inserido em uma comunidade de fala.

Os recursos comunicativos devem ser apresentados nas aulas de língua portuguesa aliando-se aos interesses de uma aprendizagem linguística emancipatória, que através das diferentes tarefas linguísticas o aluno-falante se torne um cidadão letrado. “As pessoas vão adquirindo recursos comunicativos à medida que vão ampliando suas experiências na comunidade onde vivem e passam a assumir diferentes papéis sociais” (*idem*).

Os alunos-falantes “vão precisar especialmente de recursos comunicativos bem específicos para fazer uso da escrita, em gêneros textuais mais complexos e para fazer uso da língua oral em estilos monitorados”. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 74-75)

Os estilos monitorados são caracterizados por diferentes contextos sociais nos quais o falante controla o estilo linguístico utilizado, como situações formais ou informais. Sempre observando o nível de conhecimento de seu interlocutor.

Souza (1999b, p. 135) aponta que “cabe, assim, ao professor, conduzir a produção escrita do aluno, valendo-se, para isso, de recursos pedagógicos que possam, ao mesmo tempo, facilitar a aprendizagem e garantir a eficiência do resultado”. Observamos, portanto, a importância de um planejamento bem elaborado para as aulas de língua portuguesa.

De fato, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* referenciam as variações linguísticas presentes no português falado no Brasil bem como as variantes existentes na língua portuguesa. Agora, vamos observar como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* referenciam as histórias em quadrinhos para o ensino de língua portuguesa no ensino médio.

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os quadrinhos podem ser incluídos nas bibliotecas escolares para o acesso dos alunos.

Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta

das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros. (PCN, 1997, p. 61, grifo nosso)

Para os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) os quadrinhos constituem textos importantes para leitura e para a formação dos alunos, tendo em vista que a exposição de diversos gêneros faz com que o aluno realize o uso social da língua. De fato, “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar por algum texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Portanto, o estudo sobre os gêneros textuais implica a realização linguística de objetivos específicos em situações sociais reais.

Os quadrinhos também são caracterizados como gênero objetivando o trabalho da linguagem oral no processo de ensino aprendizagem. Porém, novamente ligado com a ideia do infantil.

Gêneros adequados para o trabalho com a linguagem escrita: [...] cartas (formais e informais), bilhetes, postais, cartões (de aniversário, de Natal, etc.), convites, diários (pessoais, de classe, de viagem etc.) *quadrinhos*, textos de jornais, revistas e suplementos infantis: títulos, lides, notícias, resenhas, classificados etc. (PCN, 1997, p. 72, grifo nosso)

Para o trabalho da linguagem escrita, os quadrinhos proporcionam recursos ricamente linguísticos, pois apresentam a linguagem verbal e a não verbal, com o uso frequente de diversos balões para enriquecer a interpretação visual, além da presença das onomatopeias.

As histórias em quadrinhos são um gênero textual primário-secundário, realizado de forma verbal e não verbal, integrando linguagem oral/escrita, que reúne, dentro de pequenos quadros em sequência, qualquer situação do mundo, para qualquer faixa etária, em ilimitados períodos históricos, com finalidades que podem ir do entretenimento à crítica social. (AMARAL & GOMES, 2014, p. 298)

Faz-se necessário, portanto, o entendimento desses recursos visuais utilizados nos quadrinhos para sua boa utilização. Para Vergueiro (2014, p. 26), não existem regras estáticas para a utilização dos quadrinhos “o único limite para seu bom aproveitamento em qualquer sala de aula é a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-lo”. Dessa maneira, percebemos a interdisciplinaridade presente nesse gênero, de modo a facilitar o processo de ensino de língua em sala de aula.

Além de considerar os quadrinhos importantes para a leitura e acesso aos conteúdos ministrados em sala de aula, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* os indicam como produção material para a contextualização sobre os temas transversais no processo de ensino aprendizagem.

Os conteúdos dos temas transversais, assim como as práticas pedagógicas organizadas em função da sua aprendizagem, podem contextualizar significativamente a aprendizagem da língua, fazendo com que o trabalho dos alunos reverta em produções de interesse do convívio escolar e da comunidade. Há inúmeras situações possíveis: produção e distribuição de livros, jornais ou *quadrinhos*, veiculando informações sobre os temas estudados [...]. (PCN, 1997, p.37, grifo nosso)

Os *quadrinhos* podem ser utilizados para diversos fins: introduzir um assunto, gerar uma discussão, funcionar como texto reflexivo para um futuro debate, ou seja, existem várias maneiras de aproveitar bem tanto os recursos advindos desse gênero como as temáticas abordadas por ele. Porém, também de acordo com o *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 23),

[...] é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas.

Os gêneros possuem uma identidade que para a produção textual condicionam as escolhas de um determinado léxico, do grau de formalidade e natureza do tema abordado. Dessa maneira, toda ação linguística produzida em situação real utiliza certo gênero textual, pois se integram da sociedade (MARCUSCHI, 2008), com a função de facilitar a comunicação e a interação entre os membros da sociedade.

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (2008, p. 159), “os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável e não sabemos ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada”. Por esse motivo, o contato com os diversos gêneros presentes na história e socialmente facilita o processo de ensino aprendizagem nas salas de aula do ensino médio.

Percebe-se que não se pode lidar com o gênero independente do contexto social e das relações humanas que os norteiam. Além de considerar a relevância social para o ensino dos gêneros em sala de aula, faz-se necessário compreender como os gêneros se constituem.

5. *Considerações finais*

O presente artigo objetivou buscar, em documentos oficiais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) e a lei nº 9.394 que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), princípios que

citam as histórias em quadrinhos como gênero textual em sala de aula bem como as observações sobre a variação linguística existente no Português do Brasil.

De fato, as variações linguísticas são fatores característicos da linguagem humana. Portanto, a língua é constituída por uma base socio-cultural que cada comunidade de fala apresenta na maneira característica de se expressar, considerando o momento e o contexto de uso da fala. Diante disso, as línguas mudam mediante as necessidades culturais em diferentes momentos históricos, sociais e culturais da humanidade.

O Brasil foi constituído historicamente por muitas outras influências culturais e sociais, em vista disso, há a presença das variações que se materializam linguisticamente. Por outro lado, a consequência do pluralismo linguístico é o preconceito com as várias maneiras de se expressar.

Além das variações linguísticas, há o preconceito com as variantes linguísticas, ou seja, as variantes de prestígio e não padrão do português brasileiro. A compreensão do português padrão é guardada para membros específicos da sociedade que asseguram o poder político, econômico e social.

Para o ensino de língua materna é importante apresentar aos alunos as diferentes formas de adequação da língua em diferentes contextos de uso, para que ele possa optar por uma ou outra conforme as circunstâncias de comunicação (LEMLE, 1978). Entende-se, dessa maneira, que não há certo ou errado, mas o conceito de adequado e inadequado para o contexto que se está inserido.

Neste sentido, para o ensino de língua portuguesa, o professor enfrenta desafios do mito da superioridade de uma variante ou maneira de falar sobre as demais, e que antes de tudo, toda variante é instrumento identitário do povo que a utiliza como meio de expressão e de comunicação e que todos os falantes devem ter acesso à norma de prestígio.

A *Lei de Diretrizes e Bases* foi estabelecida pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e sinaliza um período de mudança relevante para a educação básica no Brasil. O objetivo da *Lei de Diretrizes e Bases* é regulamentar e programar a exposição de conteúdos e objetivos do sistema escolar brasileiro.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN, 1997), por sua vez, também referenciam a variação linguística e o gênero textual história em quadrinho para a educação básica, pois seus princípios estão de acordo

com os objetivos elaborados na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB, 1996).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) especificam a importância da adequação da língua para o processo linguístico no contexto de fala, bem como sobre as discussões acerca do preconceito linguístico.

Dessa maneira, pode-se perceber que as variações linguísticas e os quadrinhos, como gênero textual, são encarados como objetivos para o ensino de língua portuguesa, tendo em vista a contribuição para o processo de ensino aprendizagem na educação básica. Dai a necessidade de trabalhos que façam um panorama entre o ensino de língua materna e os documentos que atestam essa língua com todas as suas variedades e diversidades linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Elisângela Leal da Silva, GOMES, Nataniel dos Santos. Uso dos quadrinhos para o ensino de gramática: uma análise preliminar. In.: GOMES, Nataniel dos Santos, ABRÃO, Daniel. (Org.). *Grandes poderes trazem grandes responsabilidades: refletindo sobre o uso das histórias em quadrinhos em sala de aula*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014, p. 279-313.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília. 1997.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris de Figueiredo. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BUENO, Elza Sabino da Silva; SILVA, Rosângela Villa da. Contribuições da pesquisa sociolinguística ao ensino da língua portuguesa no Brasil. Edição atualizada. *Anais do SIELP*, vol. 2, n. 1. Uberlândia: Edufu, 2012.

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-

raciais na educação e na sociedade. *Educ. Soc.* [online]. 2017, vol. 38, n. 138, p. 133-151. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00133.pdf>>.

Acesso em: 17-04-2017.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et alii*. *Sociolinguística*. Florianópolis: UFSC, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguísticas históricas: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEMLE, Mirian. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In.: LOBATO, Lúcia (Orgs.). *Linguística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1978.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luísa (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Tâmara Lyz Milhomem de; REINILDES, Dias. Multimodalidade ontem e hoje nas homepages do Yahoo: trilhando uma análise diacrônica de textos multimodais. In.: KERSCH, Dorotea Frank; COSCARELLI, Carla Viana; CANI, Josiane Brunetti (Orgs.). *Multiletramentos e multimodalidade: ações pedagógicas aplicadas à linguagem*. São Paulo: Pontes, 2016.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: MEC/SEB. (Org.). *Orientações curriculares do ensino médio*. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2004, vol. único, p. 14-59.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.